



Associação de empresas do setor
eletroeletrônico de base tecnológica nacional

Seminário Estratégias Legislativas para o Investimento Privado em Ciência, Tecnologia e Inovação

PAINEL TEMÁTICO IV

“Gargalos ao investimento privado em CT&I: o papel do Legislativo na modernização do marco regulatório do setor”

Brasília-DF, 9 de dezembro de 2015

Tecnologia é saber:

Como fazer (“know-how”)

(receita do Bolo – Atividade industrial)

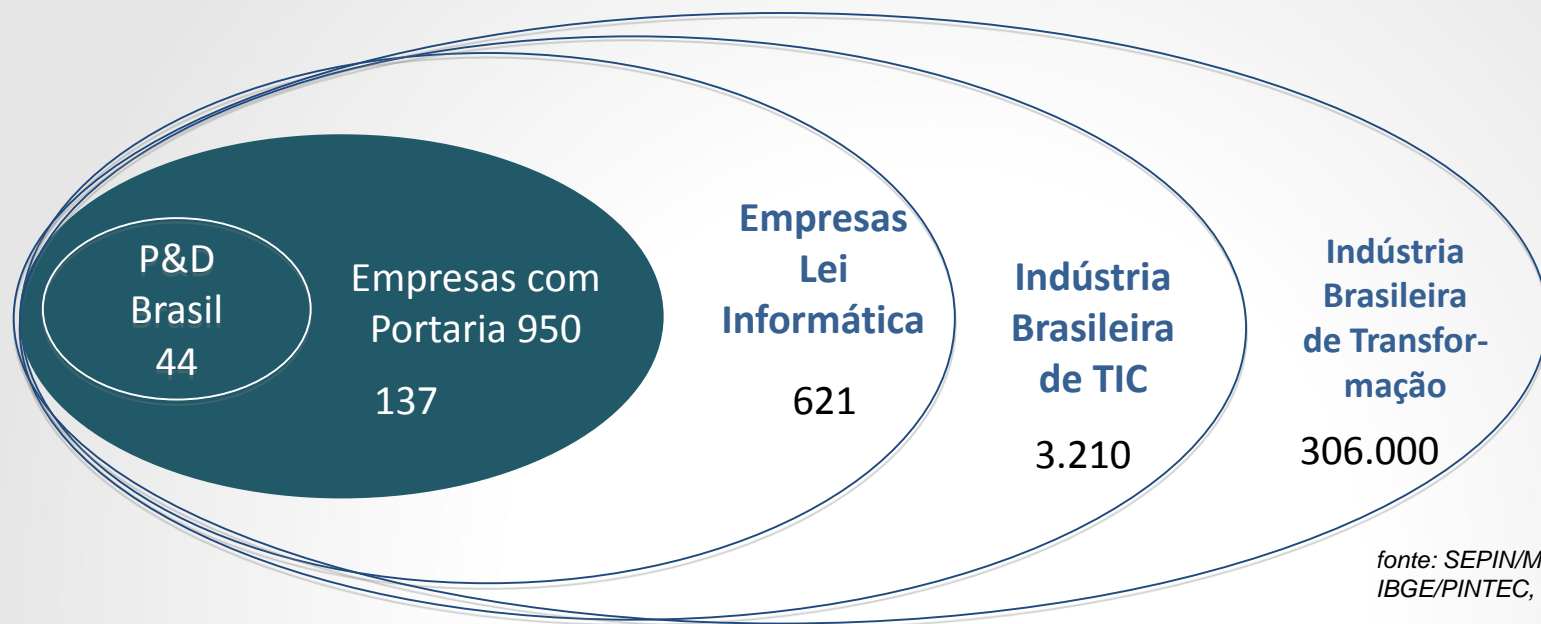
e

Como funciona (“know-why”)

(Criar a receita do Bolo – Atividade intelectual)

P&D Brasil - Quem somos

Associação de empresas do setor eletroeletrônico de base tecnológica nacional



Atualmente há milhares de produtos com certificação de tecnologia nacional, desenvolvidos e fabricados por 137 empresas, com faturamento superior a R\$ 10 Bilhões, gerando 41.000 empregos e que aplicam em P&D mais de 10% de seu faturamento em desenvolvimento tecnológico.

Porque Tecnologia Nacional ?

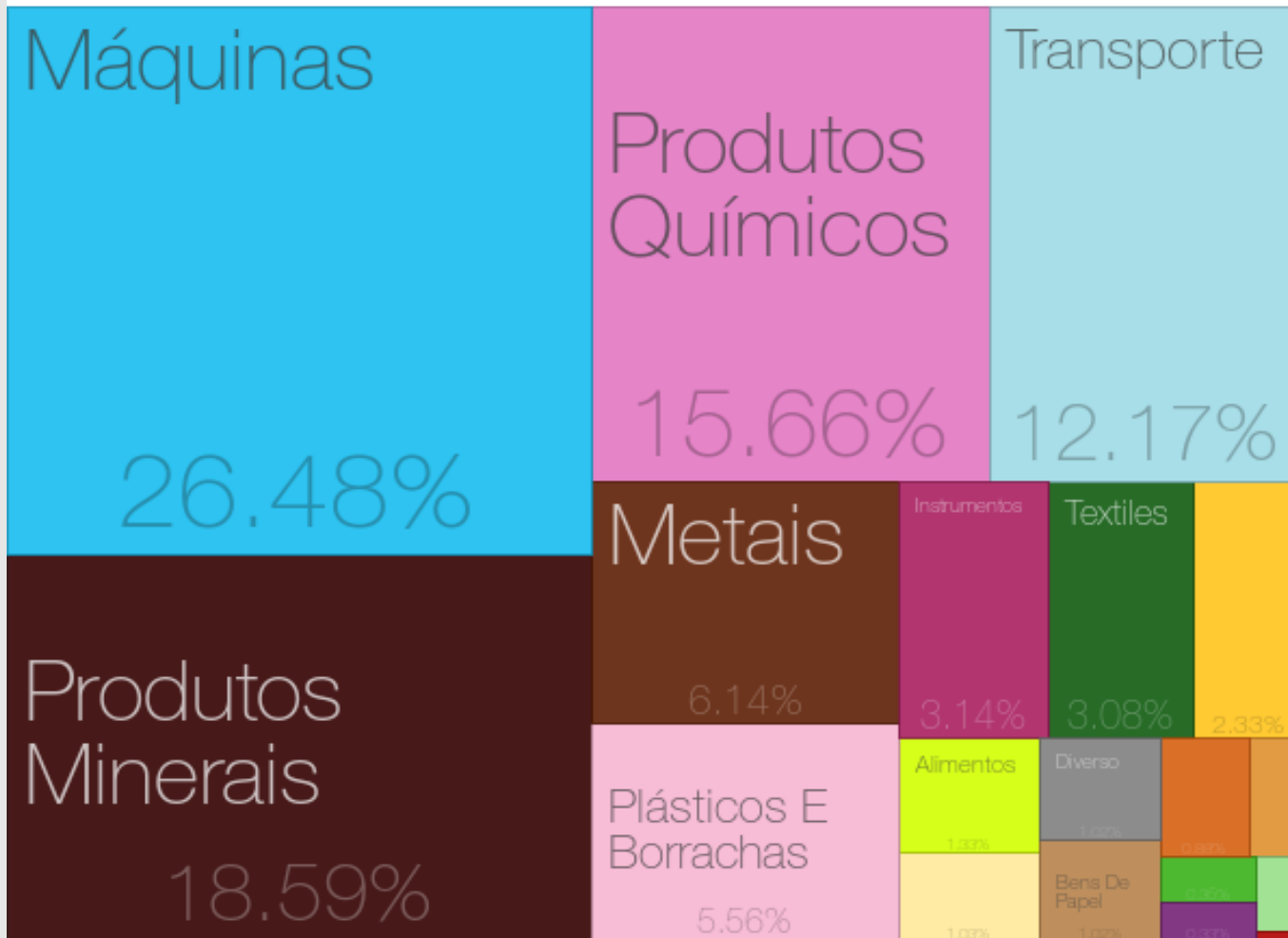
É estreita e indiscutível a relação entre Soberania de um país e sua Tecnologia.

Para decidir soberanamente seu caminho e atingir seu pleno desenvolvimento, um país precisa dispor de tecnologias básicas que não sejam dependentes de decisões tomadas no exterior por governos ou entidades

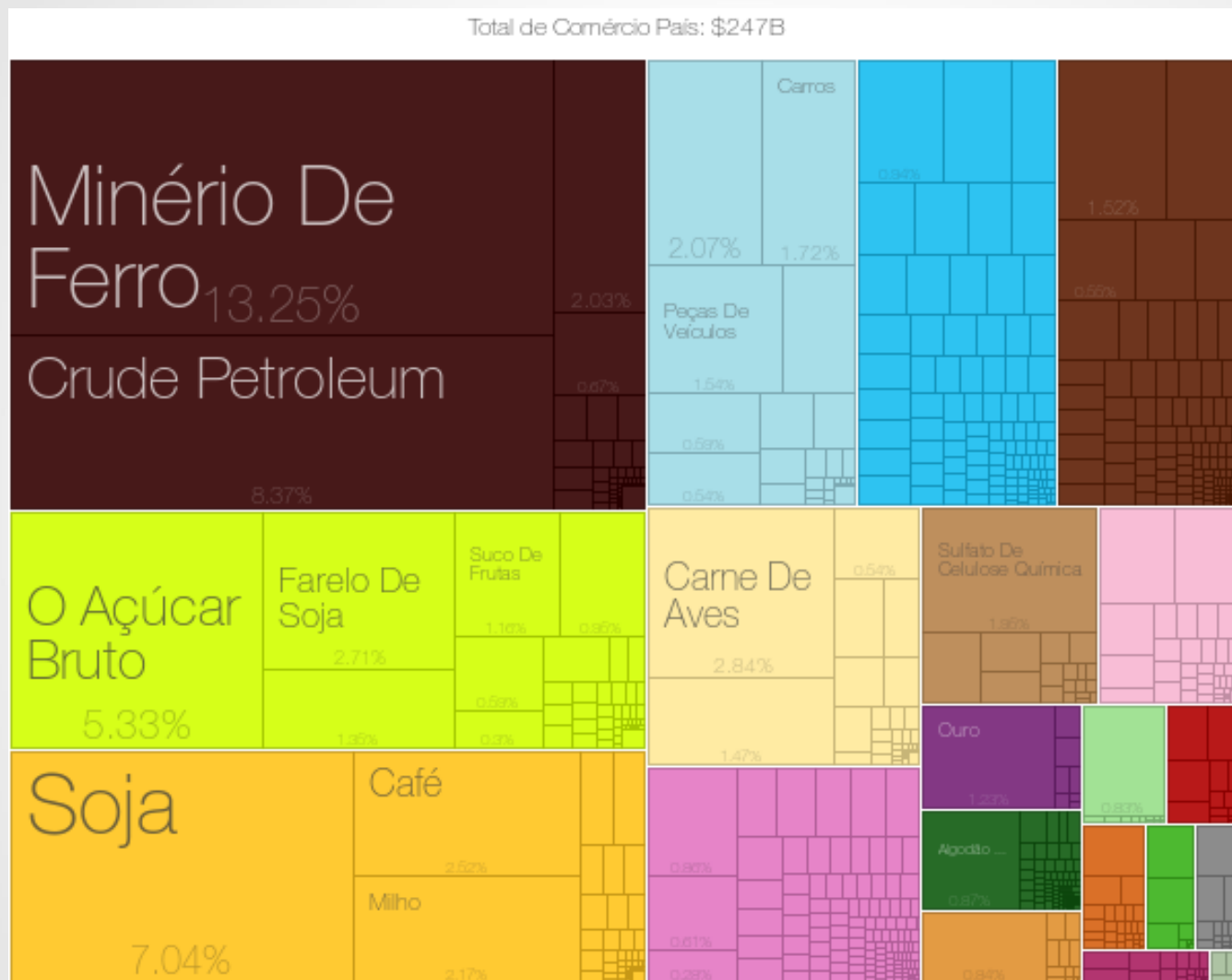
Produtos com tecnologia embarcada

são os que mais pesam na importação

Total de Comércio País: \$223B

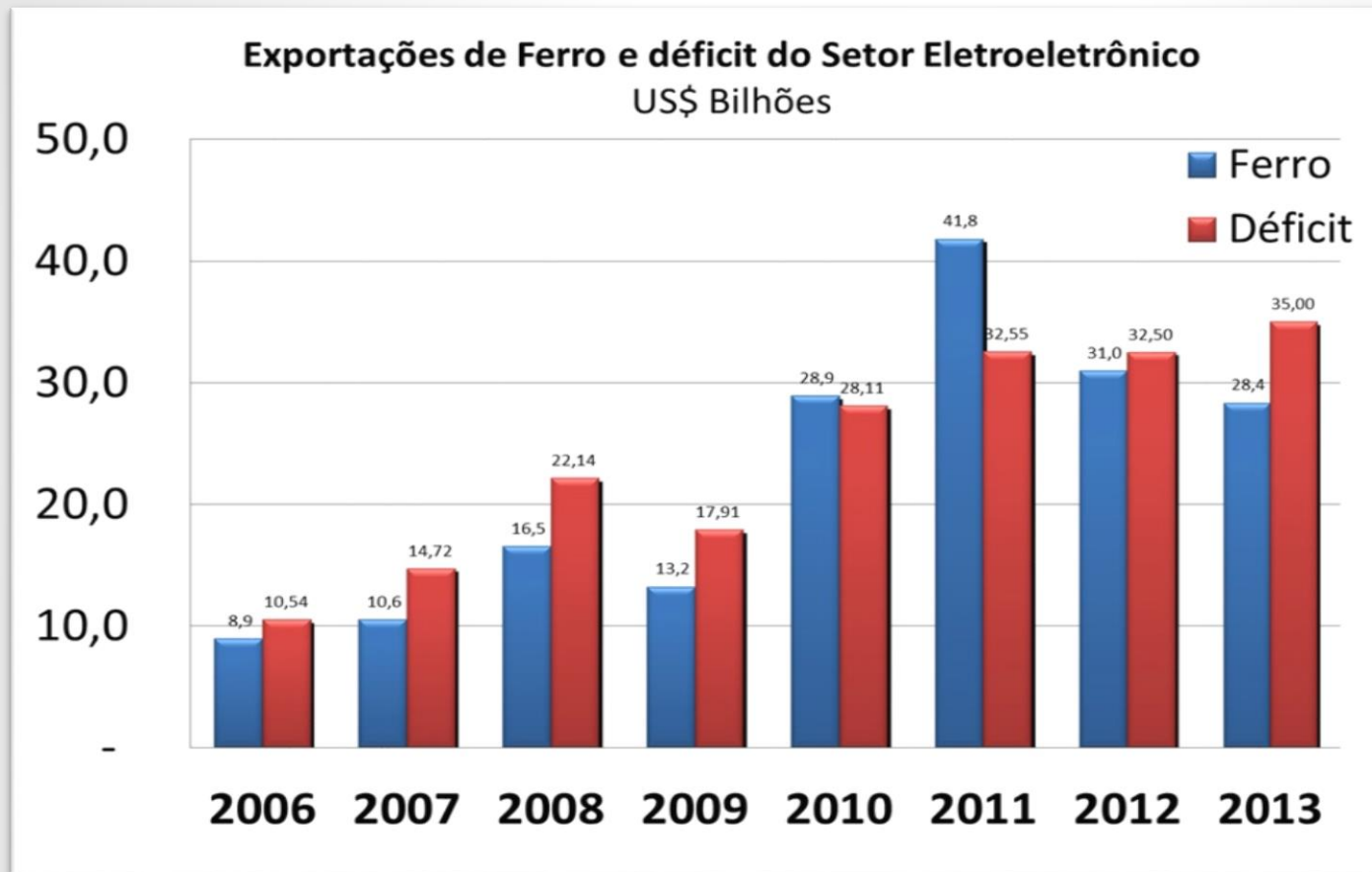


O que temos para pagar a conta da tecnologia ?

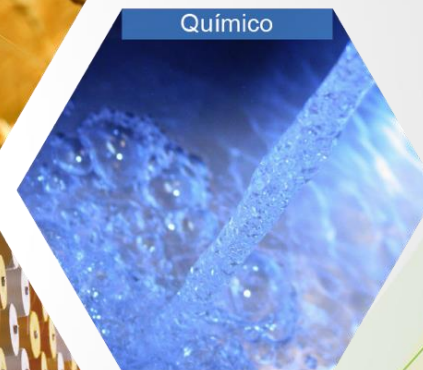


Déficit balança comercial eletroeletrônica

Toda a exportação de ferro não paga a conta dos produtos eletrônicos importados



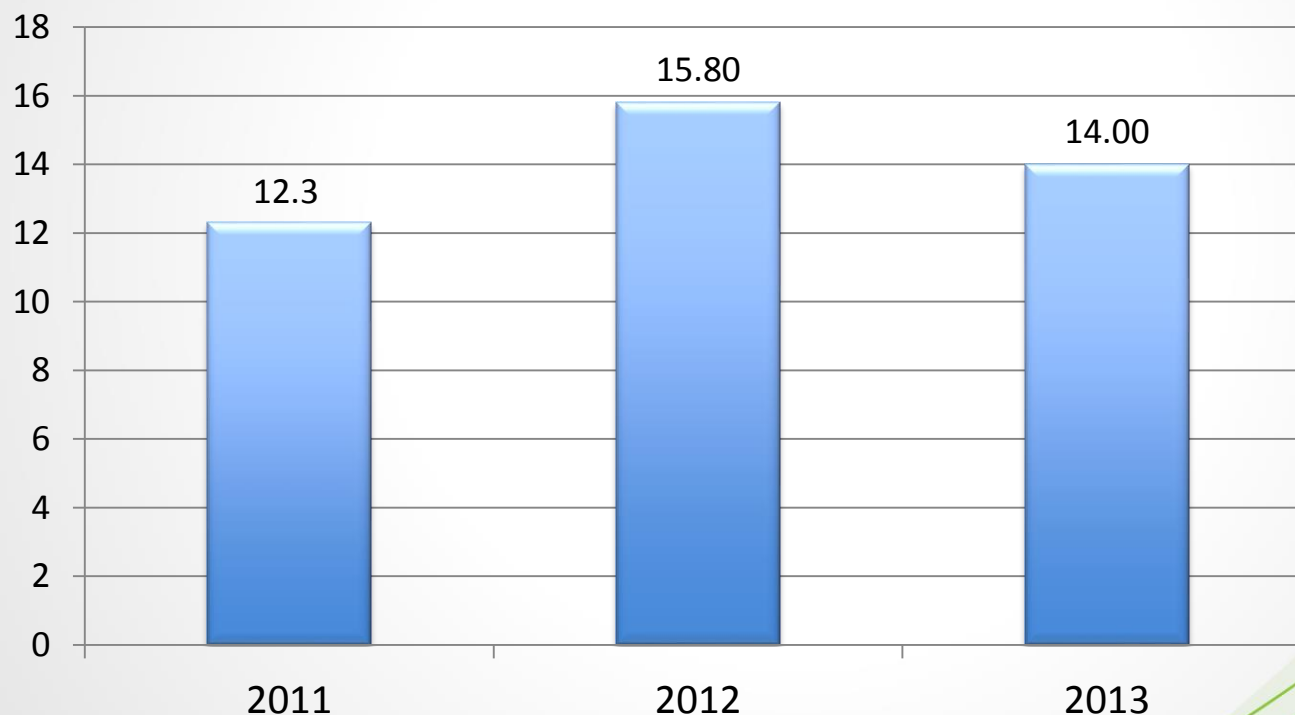
A Informática e Automação está presente em TODOS os setores da economia



Intensidade de P&D das empresas

As empresas da P&D Brasil tem como característica uma média de investimento em P&D de 14%,

**Investimentos em P&D x Faturamento
com produtos incentivados (%)**

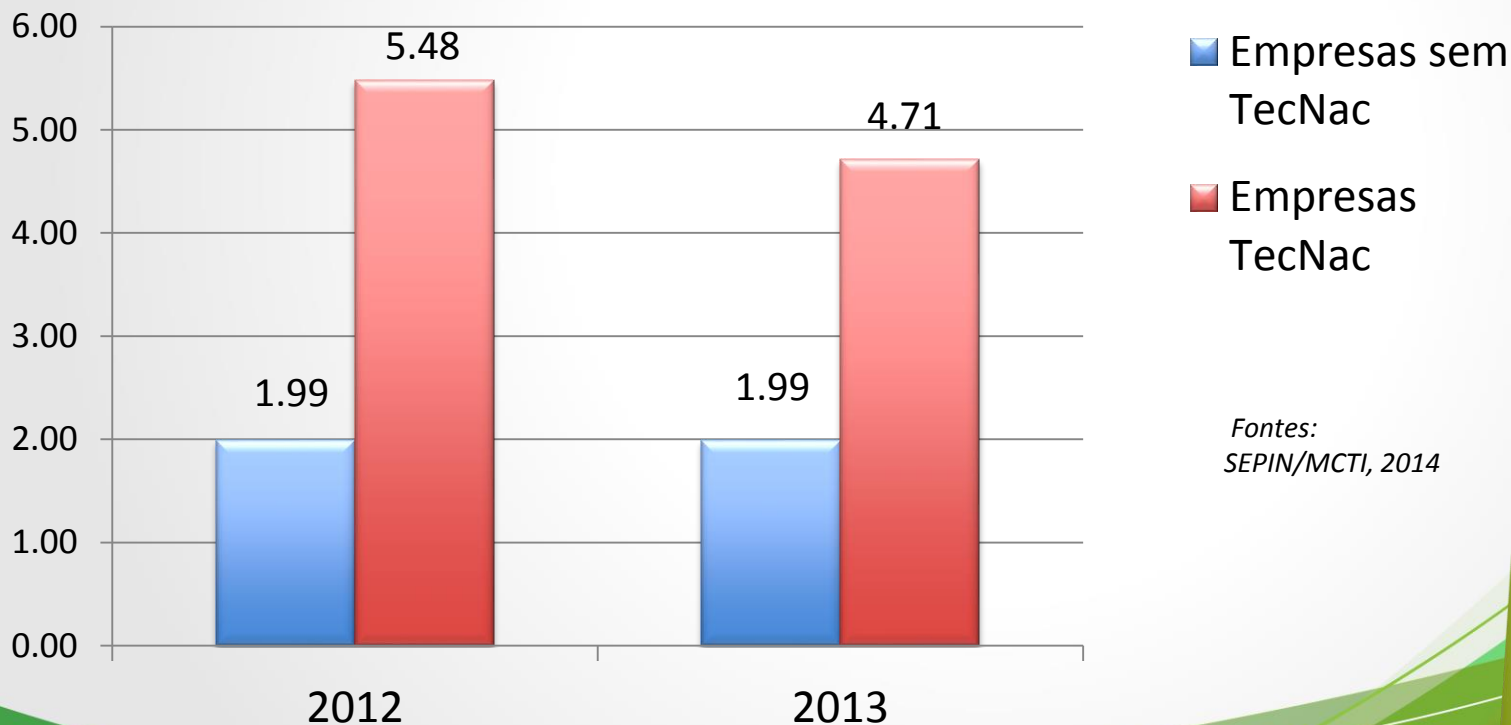


Fontes:
P&D Brasil 2014

Valor agregado sobre insumos

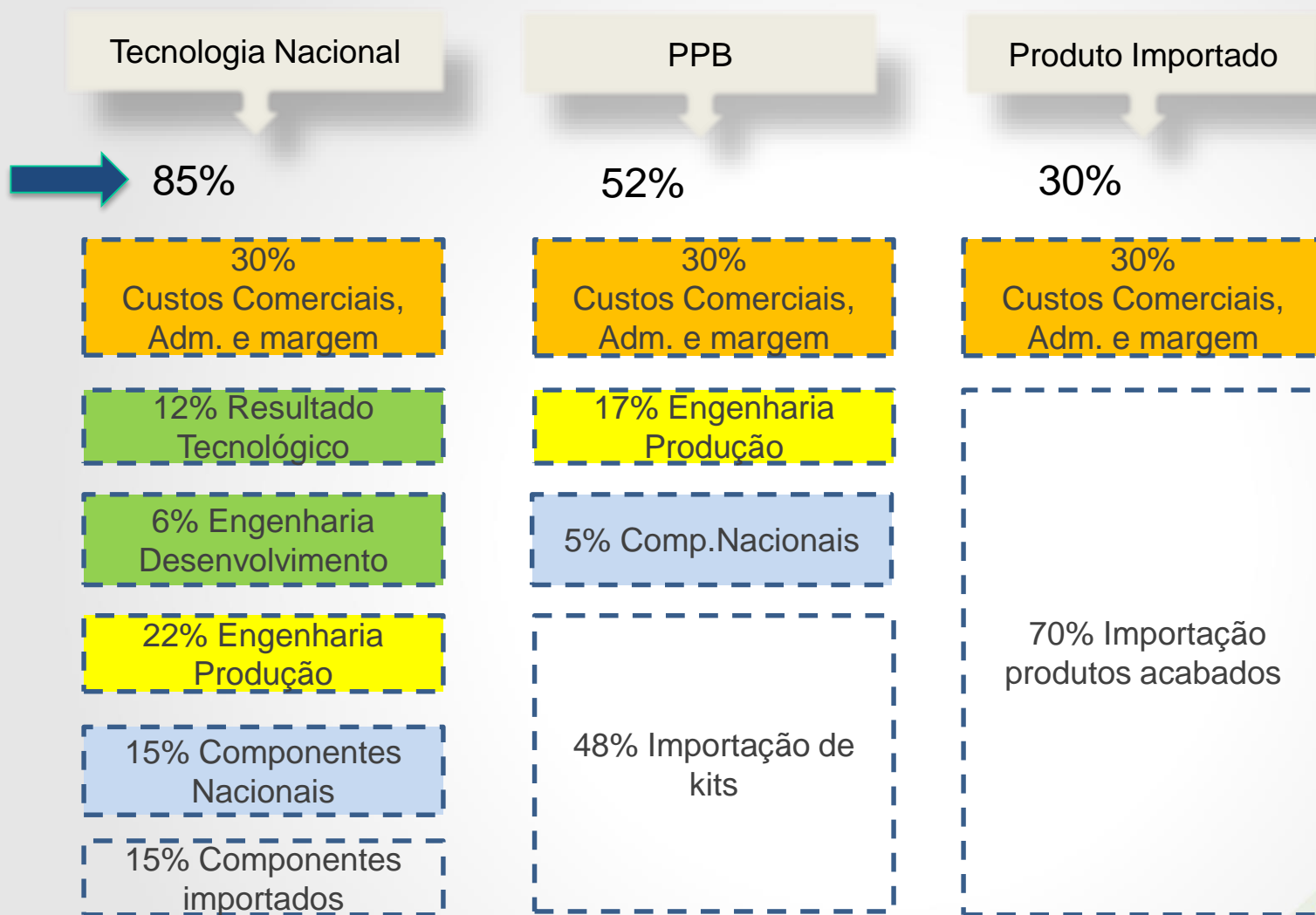
As empresas detentoras de tecnologia multiplicam por 4,7 o valor dos insumos importados

Relação Faturamento / importação de insumos



Fontes:
SEPIN/MCTI, 2014

Valor agregado com tecnologia nacional



Priorização Ações 2º sem 2015



Manutenção

**Ajustes Lei
Informática
e Poder de Compra**

Competitividade

**Regimes
Tributários
- PIS/COFINS**

**Ferramentas de
avaliação da
adicionalidade
da Política
(RDA/LI)**

Consolidação

**Incentivos à
exportação de
produtos com
Tecnologia
Nacional**

**Consolidação
dos centros de
P&D das
empresas**

**Novos modelos
de
financiamento
a P&D**

**Encomendas
Tecnológicas**

Perenização

**Aprimoramento
no ensino das
engenharias**

Arcabouço legal

- **Legislação:**

- 1) Lei de Informática (Lei 8.248/91) e suas alterações
- 2) Lei de Inovação (Lei 10.973/04)
- 3) Lei do Bem (Lei 11.196/05)
- 4) Regulamentação da Lei de Informática (Decreto 5.906/06)
- 5) Portaria 950/06 MCTI
- 6) Certics (Portaria 555/13 MCTI)
- 7) Desoneração da Folha de Pagamentos (Lei 11.774/08)
- 8) Alteração da Lei de Licitações – Margem de Preferência (Lei 12.349/10)
- 9) Margem de Preferência para TICs (Decreto 8.194/14)
- 10) Sustentabilidade Ambiental (Decreto 7.746/12): emprego de materiais e tecnologias locais
- 11) PADIS (Lei 11.484/07)
- 12) EED – Empresa Estratégica de Defesa (Lei 12.598/12)
- 13) Código de Ciência e Tecnologia – em tramitação no Senado Federal

- **Políticas:**

- 1) PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – 2004
- 2) PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo – 2008
- 3) PBM – Plano Brasil Maior – 2011
- 4) Capital e Financiamento – BNDES e FINEP e FAPS
- 5) Plano Nacional de Exportações Mdic – 2015
- 6) Nova Política Industrial Mdic – 2015 (em discussão no Mdic)
- 7) Política Nacional M2M / IoT – 2015 (em discussão no Minicom)

Gargalos e retrocessos

- Suspensão de incentivos à inovação na Lei do Bem (MPV 694/15)
- Revogação da Desoneração da Folha de Pagamentos
- Dificuldades de manutenção do PADIS
- Insegurança da política industrial, o próprio Plano Brasil Maior não atingiu resultados expressivos
- Questionamentos à Lei de Informática no contexto do Contencioso na OMC
 - Tratamento tributário diferenciado

Propostas

- Financiamento público e privado
 - Investimento público à inovação para empresas com reconhecida capacidade inovadora e tecnológica
- Poder de Compras
 - Substitutivo ao PL 6252/2013 (margem de preferência)
 - Manutenção dos Decretos de Margem de Preferência, que vencem ao final de 2015
 - Política Especial de Contratações de TICs
- Incentivos Fiscais
 - Manutenção e aperfeiçoamento dos incentivos à inovação estabelecidos pela Lei do Bem

Objetivos das propostas para o setor de TICs

Acelerar o crescimento e robustez tecnológica das empresas do setor de TICs do país;

Contribuir fortemente com a modernidade de TODA indústria nacional;

Contribuir com o aperfeiçoamento da formação de engenheiros e técnicos do país;

Posicionar o Brasil e suas empresas de base tecnológica de TICs no cenário mundial de forma sólida em 30 anos.

Vale lembrar:

Setor de TICs:

- Principal gerador e difusor do progresso técnico e da base de produtividade
- Evolução da microeletrônica e software
- Presente em toda a economia: impacto na saúde, ensino, indústria, agricultura, finanças, vida cultural e social

Luiz Francisco Gerbase – Presidente da P&D Brasil
presidencia@pedbrasil.org.br



Obrigado!

End: SCN Qd. 05 bloco A nº 50 • Brasília Shopping
Torre Norte/sala 226 • Bairro Asa Norte - Brasília - DF
CEP 70715-900 • Tel: +55 61 3326.9977
pedbrasil@pedbrasil.org.br • www.pedbrasil.org.br

 facebook.com/pedbrasil